

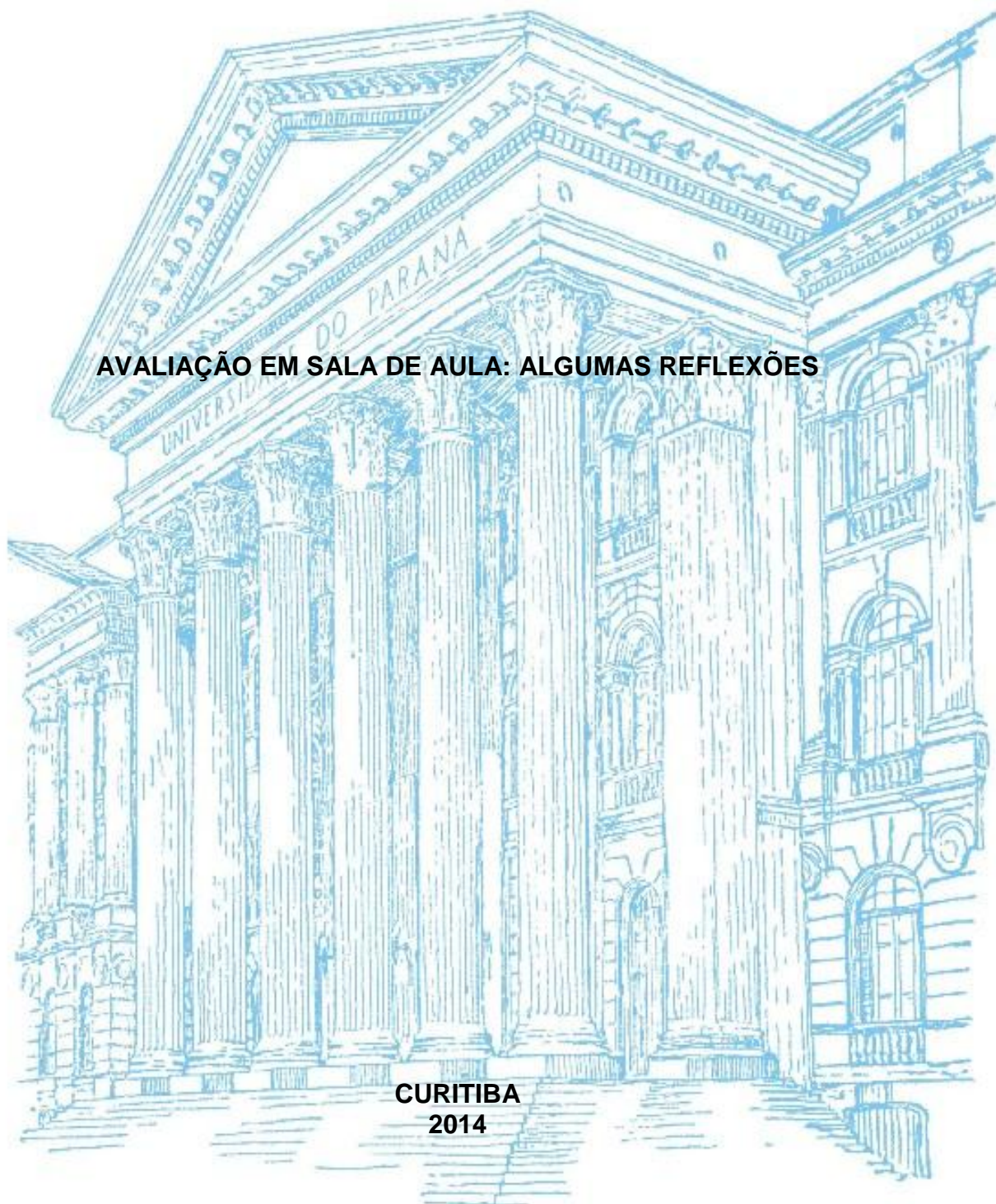
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO**

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

AURICELIA DE LIMA

AValiação em sala de aula: algumas reflexões

**CURITIBA
2014**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

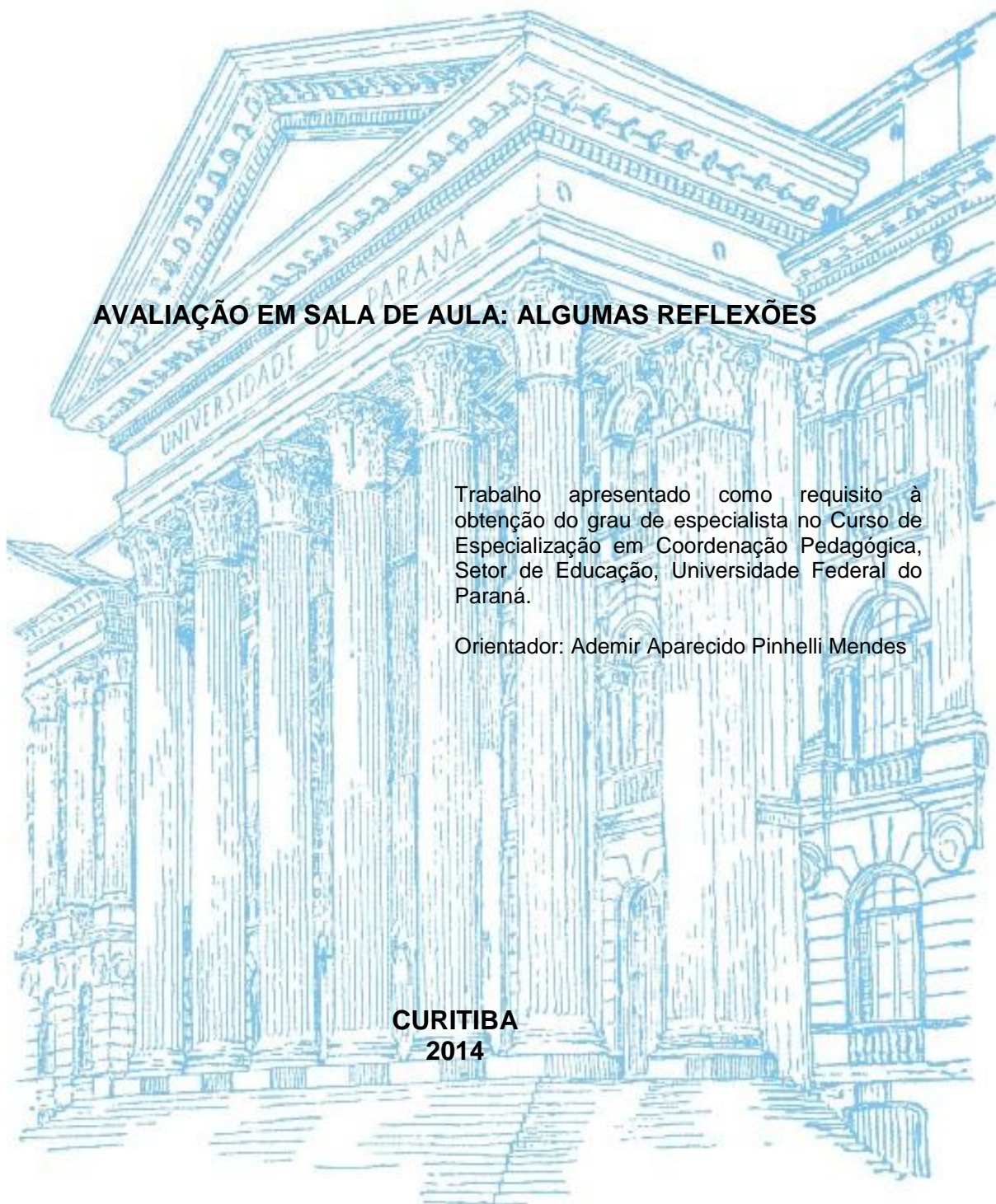
AURICELIA DE LIMA

AVALIAÇÃO EM SALA DE AULA: ALGUMAS REFLEXÕES

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Ademir Aparecido Pinhelli Mendes

CURITIBA
2014



AVALIAÇÃO EM SALA DE AULA: ALGUMAS REFLEXÕES

Autora: LIMA, Auricélia de¹

Orientador: MENDES, Ademir Aparecido Pinhelli²

RESUMO

O presente trabalho é resultado das observações realizadas num colégio estadual, onde, dentre outros temas também relevantes, a avaliação destacou-se como assunto inquietante para a grande maioria dos professores, e apesar do muito que já se discutiu sobre o tema e do quanto já se avançou sobre essa questão, as dúvidas ainda persistem causando desconforto aos professores sobre a sua realização. Dúvidas essas que vão desde a elaboração do instrumento propriamente dito, até sua correção, valoração e eficácia no que concerne a compreender e garantir o processo de apropriação do conhecimento pelos educandos. O presente trabalho não tem a pretensão de dar respostas definitivas às dúvidas que já existem e que ainda poderão vir a existir, mas promover um momento de reflexão sobre a avaliação no contexto da escola que serviu de palco às investigações aqui apresentadas.

Palavras-chave: coordenação pedagógica, avaliação, educação, aluno.

INTRODUÇÃO

Estudo Errado³

Manhê! Tirei um dez na prova!
Me dei bem, tirei um cem e eu quero ver quem me reprova.
Decorei toda lição.
Não errei nenhuma questão.
Não aprendi nada de bom.
Mas tirei dez (Boa, filho!)
Quase tudo que aprendi, amanhã eu já esqueci!
(Composição: Gabriel, o Pensador)

¹ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá; Pós-Graduada no Curso de Pós- Graduação em Coordenação Pedagógica – UFPR – EAD – Polo Maringá - 2014

² Licenciado em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo; Mestre em Educação (UFPR); Doutro em Educação (UFPR); Professor pesquisador – bolsista/UAB; Professor de Filosofia no Ensino Médio o Quadro Próprio do Magistério do Estado do Paraná (Curitiba).

³ Versos da música Estudo Errado, do segundo álbum de estúdio do rapper brasileiro Gabriel, o Pensador, lançado em 1995.

O presente trabalho inicia-se com alguns versos da música de Gabriel, o Pensador, “Estudo Errado”, que convidam a um momento de análise sobre nossa realidade, pois ilustra a visão que o estudante possui a respeito da avaliação da aprendizagem em sala de aula.

Ler os versos dessa música e pensar sobre o seu conteúdo me remeteu aos meus tempos de estudante do ensino fundamental, ensino médio e ensino superior, mas, principalmente aos tempos de ensino fundamental e médio. A avaliação se constituía em verdadeira tortura, onde todo tipo de pressão psicológica era exercido sobre todos nós. A suspensão, a expulsão e a reprova eram palavras que se ouvia constantemente, como uma espécie de guilhotina pairando sobre nossas vidas.

Vivíamos às voltas com páginas e páginas de conteúdo, estudando para as temidas provas; muitas vezes sem compreender os referidos conteúdos ou estabelecer qualquer vínculo entre eles e a nossa realidade. Eram tempos em que se privilegiava a quantidade em detrimento da qualidade. A “decoreba” era, inclusive, uma prática incentivada e por que não dizer, até admirada. Assim, as notas altas que apareciam após as avaliações nem sempre eram sinônimas de aprendizagem, não revelavam o verdadeiro grau de aprendizagem e envolvimento com o conteúdo estudado; mas retratavam, isso sim, a capacidade de memorização de cada um. Quantos conceitos, fórmulas, datas, nomes ilustres e teorias repetidas corretamente e incansavelmente (tanto oralmente quanto por escrito), mas que não faziam nenhum sentido, pois eram apresentados desvinculados da nossa realidade. E isso aconteceu (devo admitir!) já faz certo tempo. Mas ainda hoje, temos relatos de professores que fazem da avaliação um momento bastante negativo para os estudantes, muitas vezes priorizando a quantidade em detrimento da qualidade.

Assim, a música Estudo Errado, de Gabriel, o Pensador, apresenta um retrato pouco favorável da educação, fazendo uma dura crítica à forma como a avaliação vem sendo praticada na escola, onde, na maioria das vezes, a memorização continua sendo privilegiada em detrimento do processo de aquisição do conhecimento. Assim sendo, **a avaliação da aprendizagem em sala de aula** foi o tema brevemente discutido neste trabalho.

Por sua importância no processo educativo, a avaliação vem sendo objeto de estudo de muitos pesquisadores, sob várias óticas e vários aspectos,

com o objetivo de elucidar questões pertinentes ao tema. Muitas questões já foram suscitadas e respondidas em vários momentos por autores como Luckesi, Paulo Freire, Demerval Saviani, Libâneo, entre outros.

A avaliação da aprendizagem escolar adquire seu sentido na medida em que se articula com um projeto pedagógico e com seu consequente projeto de ensino. A avaliação, tanto no geral quanto no caso específico da aprendizagem, não possui uma finalidade em si; ela subsidia um curso de ação que visa construir um resultado previamente definido. (LUCKESI, 1998, p. 71)

Portanto, a avaliação não pode ser pensada descolada de um projeto de ensino que seja comprometido com a aprendizagem do educando e, portanto, com sua inserção participativa no mundo, por meio da apropriação do conhecimento que a humanidade já produziu ao longo de sua existência. Ou seja, a avaliação faz parte de um contexto maior; envolvendo o ensino, a aprendizagem e o comprometimento com o projeto de educação que norteia a escola.

Nesta direção, o objeto de estudo desta pesquisa foi a prática avaliativa no cotidiano escolar, utilizada para verificar o nível de aprendizagem dos educandos do 6º e 7º ano do ensino fundamental.

Como prevê a Deliberação nº 007/99, da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, em seus artigos:

A avaliação do aproveitamento escolar incidirá sobre o desempenho do aluno em diferentes experiências de aprendizagem, de acordo com cada disciplina, e deverão ser utilizadas técnicas e instrumentos diversificados, respeitando-se todos os componentes curriculares, independente do respectivo tratamento metodológico, ficando vedada uma só oportunidade de aferição.

A sistemática da avaliação do desempenho do aluno e de seu rendimento escolar será contínua, paralela, processual, cumulativa e permanente, estando de acordo com os objetivos e conteúdos expressos no planejamento de cada disciplina.

Portanto, a avaliação não está prevista como etapa isolada no processo educativo, mas deve estar inserida num processo contínuo de ensino e que deve ser revisto e reorientado sempre que for necessário, para melhor atender as necessidades dos estudantes.

Para melhor compreender esse tema alguns **problemas** foram levantados para dar uma direção a este trabalho; sem, no entanto, pretender dar-lhes respostas definitivas, mas apenas ampliar suas discussões e, assim

contribuir para enriquecer e desmistificar algumas práticas avaliativas que não estão servindo ao propósito que deveriam incorporar. O que é fazer avaliação da aprendizagem dos estudantes? Para que serve a avaliação? Quando os estudantes são avaliados? Por quê? Que instrumentos são utilizados para avaliar os estudantes? A forma de avaliar os estudantes é satisfatória? A forma como a avaliação ocorre na escola é satisfatória?

Tais perguntas e suas consequentes respostas foram o ponto de partida para se construir um esboço do que seja a prática avaliativa que se efetiva no interior da escola investigada, sem a pretensão de desvendar todas as nuances que envolvem essa questão, mas buscando promover a reflexão sobre o tema e, dessa forma, auxiliar na superação dos obstáculos que ainda entravam a consolidação de práticas avaliativas mais justas, inclusivas e democráticas. Nas palavras de Vieira:

A avaliação da aprendizagem praticada nas escolas é denunciada como uma prática autoritária e seletiva. Considera-se que as provas e exames têm como único objetivo atribuir notas, mediante as quais os alunos são classificados, aprovados ou reprovados. Nesse sentido, ao fazer uso desse tipo de avaliação, a escola reforça um modelo de sociedade repressivo e discriminatório nos aspectos social, econômico e cultural. (2008, p.16-17)

Nossa **hipótese** é que superar essa prática avaliativa autoritária se constitui num desafio para o professor, equipe pedagógica e equipe diretiva, no que se pretenda construir uma escola pública de qualidade e que forme efetivamente o indivíduo para vivenciar plenamente sua cidadania, por meio de sua participação ativa e crítica na sociedade. Exercer a avaliação autoritária é dar concretude a uma prática que leva a exclusão do estudante, afastando-o da busca pelo conhecimento, por enraizar no mesmo a ideia de incapacidade de aprender, compreender, utilizar, reelaborar, questionar, duvidar, investigar, pesquisar e, enfim, produzir conhecimento.

Instrumentalizar o educando para atingir esse nível de desenvolvimento deve ser o objetivo de cada profissional da educação, comprometido com a aprendizagem e com o consequente desenvolvimento de cada estudante, pois como fim último, a escola deve levar o educando à compreensão da realidade por meio do conhecimento científico. É nesse sentido, que o coletivo da escola deve caminhar e evoluir: a disseminação do conhecimento científico.

Nesse sentido, o principal **objetivo deste trabalho** foi investigar o papel mediador da coordenação pedagógica no processo de avaliação da aprendizagem em sala de aula para que a função social da escola se efetive, enquanto possibilidade de apropriação dos conteúdos por parte dos estudantes e instância de aquisição de conceitos que permitam aos indivíduos inserirem-se no mundo de forma consciente, crítica e participativa.

Na efetivação desse **objetivo** buscou-se, por meio dos **questionários** realizados, revelar a compreensão dos professores acerca da avaliação da aprendizagem em sala de aula, como processo contínuo e permanente inerente à sua prática pedagógica. Processo esse, que requer reflexão constante, pois está ligado intimamente ao fazer diário de cada docente em sala de aula. Pois, como assinala Freire (1996): “Ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo.” (p.98). Assim, apesar de todas as dificuldades encontradas na escola, sejam elas relacionadas aos recursos materiais ou aos recursos humanos, bem como, ao que acontece na sala de aula e também na escola, ainda cabe ao professor a tarefa de zelar para que o conhecimento científico, que possibilita o pensamento crítico, seja acessível aos educandos, como forma de inserção e transformação do mundo.

Nesta direção, fez-se necessário investigar como a coordenação pedagógica da instituição de ensino investigada poderia realizar intervenções para que a avaliação fosse um processo cada vez mais coerente na verificação da aprendizagem e a partir dos resultados obtidos auxiliar os professores a traçar estratégias que contribuam para a efetivação do processo de ensino e aprendizagem.

Para tanto, foram realizados questionários com **professores e equipe pedagógica** acerca do processo de avaliação e a análise dos dados coletados foi feita à luz do referencial teórico utilizado.

Falar sobre a avaliação da aprendizagem em sala de aula é sempre um desafio; pois é tema recorrente e já bastante debatido, porém ainda muito se necessita avançar nessa discussão, pois velhas práticas avaliativas ainda estão bem presentes nos dias atuais e a utilização da avaliação como instrumento de coação ainda se perpetua como ação permanente de muitos professores.

A avaliação é parte fundamental do processo de ensino e aprendizagem e sua realização deve ser orientada no sentido de transmitir aos estudantes os conhecimentos científicos e que são organizados no currículo escolar de forma a favorecer a sua apreensão por parte dos discentes. Avaliar não é, portanto, uma questão de medir forças com os estudantes provando que eles não têm conhecimento, mas sim, uma possibilidade concreta de unir forças com os estudantes, utilizando os resultados das avaliações como norteador do trabalho docente.

Acreditar na avaliação como um termômetro do trabalho do professor é, certamente, conceber a avaliação como meio de diagnosticar as fragilidades no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, os resultados de uma avaliação não são fruto do esforço isolado do estudante, mas a síntese do trabalho do professor e a metodologia utilizada aliada à motivação do educando em apropriar-se daquele conteúdo, reconhecendo sua importância para a sua formação, enquanto indivíduo crítico e partícipe da sociedade na qual está inserido.

Nesta direção, **justifica-se** refletir neste artigo sobre os conceitos e as práticas que os professores da escola-alvo dessa pesquisa possuem acerca da avaliação e refletir, também, na mesma medida e de forma complementar, sobre a função social da escola.

1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Com vistas a ampliar a compreensão do tema norteador deste trabalho, que é a avaliação de aprendizagem em sala de aula, cabe promover uma pequena reflexão sobre a função social da escola e como a avaliação se insere nesse contexto.

A Constituição Brasileira de 1988 prevê no Capítulo III, que trata da Educação, da Cultura e do Desporto, na Seção I:

Artigo 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

E a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), também reitera no TÍTULO II, que trata dos Princípios e Fins da Educação Nacional:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Portanto, o direito à educação está garantido em lei. Porém, há que se pensar que este período de permanência na escola necessita ser proveitoso, trazendo aos estudantes quantidade, mas principalmente qualidade nos conteúdos abordados, que contribuam com o seu desenvolvimento acadêmico e humano. Para tanto, é importante considerar as vivências dos educandos, e instrumentalizá-los para compreender a realidade na qual estão inseridos e possibilitar sua participação cada vez maior na mesma.

Assim, é tarefa da escola ensinar conteúdos e habilidades que serão utilizados pelos indivíduos para atuar em sociedade e exercer sua cidadania de forma plena. Por meio dos conteúdos escolares ensinados e apropriados, o aluno desenvolve maneiras de ser atuante no mundo e não apenas mero espectador.

Como escreve Libâneo (2001):

A educação escolar tem a tarefa de promover a apropriação de saberes, procedimentos, atitudes e valores por parte dos alunos, pela ação mediadora dos professores e pela organização e gestão da escola. A principal função social e pedagógica das escolas é a de assegurar o desenvolvimento das capacidades cognitivas, operativas, sociais e morais pelo seu empenho na dinamização do currículo, no desenvolvimento dos processos de pensar, na formação da cidadania participativa e na formação ética (p. 137).

Nesta direção, a avaliação ganha contornos bastante nítidos, pois sua realização e resultados posteriores indicam ao professor em que nível está a aprendizagem dos estudantes, possibilitando assim que as intervenções ocorram de forma pontual, de maneira que as dificuldades sejam superadas e que o processo de ensino e aprendizagem se efetive.

Assim, quando a avaliação é elaborada e pensada como instrumento a favor da aprendizagem, colabora para que a função social da escola se realize.

E, utilizando uma licença poética: a escola deve dar asas e raízes aos educandos.

2 ABORDAGEM E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Uma pesquisa é sempre um ponto de partida para verificar a natureza, a especificidade, a complexidade e as implicações do objeto da pesquisa. Marconi e Lakatos (2003, p. 155) enfatizam que a pesquisa “é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.”

O campo de estudo e observação foi uma escola estadual de ensino fundamental e médio, especialmente junto aos professores das turmas de 6º e 7º anos, com idades variadas entre 10 e 15 anos, oriundos de famílias que, mesmo trabalhadoras, podem ser classificadas como de classe média e alguns de classe média alta. Devido à idade, estes alunos ainda não trabalham e no período contrário ao que estão na escola, fazem outras atividades, como esportes, danças, instrumentos musicais, computação, idiomas (sendo que algumas dessas atividades são oferecidas pela própria escola), ou simplesmente ficam em casa. Uma parte das famílias está comprometida com o desenvolvimento escolar dos filhos e com a qualidade do ensino que é oferecido pela escola, acompanhando atentamente o rendimento escolar de seus filhos. Inclusive, a escola investigada goza de boa reputação junto à comunidade escolar e é procurada por muitos pais que querem ali matricular seus filhos, mesmo não pertencendo ao georreferenciamento da escola e morando em bairros mais distantes. Os alunos, em sua grande maioria, têm acesso a Internet e condições socioeconômicas razoáveis.

A abordagem utilizada para a elaboração do presente trabalho foi o questionário. Além do questionário, também foram feitas observações ao longo do ano de 2013 e início de 2014 na sala dos professores, nas reuniões pedagógicas e no atendimento individual aos professores, constatando-se a necessidade de aprofundar o tema avaliação dentro da instituição de ensino.

Sendo uma técnica de pesquisa, o questionário é definido por Marconi e Lakatos da seguinte forma:

Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escritas e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador: Depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo. (2003, p. 200).

Marconi e Lakatos (2003), apud Selltiz (1965, p. 281), apontam alguns aspectos bem pontuais que influenciam a devolução dos questionários, tais como: quem está realizando a pesquisa; a forma atraente ou não de apresentação das questões; a quantidade de questões presentes no questionário; o tipo de carta que acompanha o questionário, solicitando a participação e colaboração; as facilidades ou dificuldades para o seu preenchimento; a forma de devolução; as características pessoais dos indivíduos a quem o questionário foi enviado.

Como já foi mencionado, a pesquisa utilizou-se de observações in loco e em questionários, contendo perguntas de múltipla escolha e perguntas abertas, que foram respondidas pelos indivíduos selecionados.

A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar (MARCONI E LAKATOS, 2003).

A observação realizada foi participante e teve um caráter natural, visto que o observador era membro do grupo e vivenciava suas experiências, dificuldades e sucessos, inclusive com sugestões aos procedimentos adotados pelo grupo, no caso os alunos do 6º e 7º anos e seus respectivos professores (MARCONI E LAKATOS, 2003, p.194). A observação direta extensiva também foi utilizada em formato de questionário.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003), o questionário apresenta vantagens e desvantagens para ser realizado. Como vantagens, os autores relatam que o questionário é uma técnica que economiza tempo, obtém grande número de informações de forma mais rápida, abrange um maior número de pessoas, economiza recursos humanos, o anonimato garante maior liberdade e sinceridade nas respostas, oportuniza o acesso às respostas que, de outra

forma, poderiam ser inacessíveis, possibilita ao pesquisado que se responda às questões no momento que for mais apropriado. Como desvantagens do questionário, os autores ainda apontam, entre outras: a pequena quantidade de questionários que são devolvidos, dificuldades na compreensão das questões, devolução tardia dos questionários, aparente uniformidade das respostas, não pode ser realizado com pessoas analfabetas, nem sempre é o próprio pesquisado que responde ao questionário (p. 201-202).

O Regimento Escolar da escola na qual foi realizada a observação e o subsequente questionário traz pressupostos sobre a avaliação da aprendizagem dos alunos na Seção X, que trata da Avaliação da Aprendizagem, da Recuperação de Estudos e da Promoção (p. 47-48). Entre outros, podemos destacar: a avaliação é uma prática inerente ao processo de ensino e aprendizagem; deve ocorrer de forma contínua, cumulativa e processual, devendo prevalecer os aspectos qualitativos sobre os aspectos quantitativos; deve ser realizada com a utilização de instrumentos diversificados, que garantam o acompanhamento do processo de apropriação de conteúdos pelo estudante; os resultados obtidos nas avaliações devem possibilitar a reflexão sobre os mesmos, numa constante ação-reflexão-ação, observando-se os avanços e as necessidades percebidas, buscando-se o estabelecimento de estratégias que possibilitem sempre ao educando avançar em sua aprendizagem.

As proposições acima indicam que existe, ao menos teoricamente, por parte da escola, a opção por um processo avaliativo diagnóstico, contínuo e cumulativo, onde os aspectos qualitativos devem se sobrepôr aos aspectos quantitativos.

3 AVALIAR, PARA QUÊ?

Pensar sobre a avaliação é estar constantemente revendo o processo educativo no qual estamos imersos e considerá-lo nos seus diversos aspectos, inclusive como uma das possibilidades de concretizar a função social da escola, que é assegurar aos educandos o acesso ao conhecimento científico, tornando-os capazes de realizar intervenções conscientes no mundo que os

rodeia. Assim também se efetiva a função social da escola, que é a garantia de aprendizagem dos conteúdos científicos por parte dos educandos.

Luckesi assim define a avaliação:

Avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória nem seletiva, ao contrário, é diagnóstica e inclusiva. O ato de examinar, por outro lado, é classificatório e seletivo e, por isso mesmo, excludente, já que não se destina à construção do melhor resultado possível; tem a ver, sim, com a classificação estática do que é examinado. O ato de avaliar tem seu foco na construção dos melhores resultados possíveis, enquanto o ato de examinar está centrado no julgamento de aprovação ou reprovação. Por suas características e modos de ser, são atos praticamente opostos; no entanto, professores e professoras, em sua prática escolar cotidiana, não fazem essa distinção e, deste modo, praticam exames como se estivessem praticando avaliação.⁴

A avaliação é um tema bastante polêmico, pois implica numa tomada de posição a respeito do que se pretende ao avaliar e também devido aos tipos de instrumentos utilizados para fazer essa avaliação, visto que são os resultados da avaliação que subsidiarão as decisões a respeito da aprendizagem.

Nas palavras de Libâneo (1994):

A avaliação é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas. A avaliação, assim, cumpre funções pedagógico – didáticas, de diagnóstico e de controle em relação às quais se recorre a instrumentos de verificação do rendimento escolar. (p.195)

É preciso tornar a avaliação um momento de crescimento tanto para os estudantes quanto para os professores. Portanto, não pode se constituir num momento de exclusão e/ou marginalização. Assim, cabe aos professores, equipe pedagógica e equipe diretiva buscar condições para que se efetivem formas mais dignas e justas de avaliação.

Observa-se que as mudanças necessárias vão acontecendo, mas de forma bastante lenta. E em longo prazo. Mudanças essas, que dizem respeito a uma visão crítica da avaliação na escola e da escola, mas para que se concretizem implicam num trabalho pedagógico que tenha a perspectiva de promover a discussão entre os professores levando a uma constante ação-reflexão-ação da própria prática.

⁴ *Material disponível no (Website: www.luckesi.com.br – acesso em 08/04/2014)

Em suas concepções e práticas sobre avaliação e aprendizagem Luckesi (1998), aponta algumas etapas que envolvem o processo de avaliar: conhecer o nível de desempenho do aluno (constatação da realidade); comparar essa informação com aquilo que é considerado importante no processo educativo (qualificação); tomar as decisões que possibilitem atingir os resultados esperados. Entender a avaliação como parte integrante do processo de aprendizagem é realmente uma construção lenta, mas importante e necessária. Não se pode mais conceber a avaliação como um processo em si mesmo, punitivo, excludente, mas como um dos aspectos do que é ensinar e aprender.

Parafraseando Freire (1996): avaliar exige pesquisa; exige reflexão crítica sobre a prática; exige respeito à autonomia do ser do educando; exige comprometimento; exige segurança, competência profissional e generosidade.

Avaliar exige pesquisa, pois uma avaliação não será um produto do acaso, mas o resultado de um trabalho desenvolvido durante um período de tempo específico, mas não somente daquele período, para que o conhecimento não se caracterize pela fragmentação, mas uma somatória do que foi ensinado. Exige crítica sobre a prática, uma vez que os resultados da avaliação devem ser ao mesmo tempo, termômetro e bússola para o trabalho a ser desenvolvido, apontando as fragilidades e orientando na tomada de decisões, priorizando sempre aquilo que é essencial em detrimento daquilo que é acessório (SAVIANI, 2000). Avaliar exige respeito à autonomia do ser do educando, pois no processo avaliativo, é essencial que ao educando seja oportunizado a possibilidade de apresentar sua evolução na aprendizagem e na construção do conhecimento. Exige também comprometimento, compromisso sólido do professor com o processo de ensino e aprendizagem e com a efetiva apropriação de conhecimentos pelo estudante, disponibilizando-se para isso ao longo das aulas, utilizando diversas ferramentas e os diversos recursos que tem ao seu dispor. Exige a segurança de quem sabe onde está e onde pretende chegar, ou seja, o conhecimento da evolução do processo de aprendizagem e a aplicação do melhor instrumento avaliativo para verificar essa evolução.

Avaliar também exige competência profissional: nesta direção a formação profissional do professor, que deve ser permanente, é fundamental,

mas mais do que isso, a consciência de sua imperfeição e do quanto há ainda para aprender para que a avaliação se torne uma prática justa e que demonstre o grau de aprendizagem dos estudantes ou o quanto ainda exige de intervenções do professor, no sentido de superar as dificuldades. Enfim, exige generosidade, visto que avaliar também é um processo de amor pelo conhecimento e, também, pela forma como o estudante se apropria desse conhecimento, pois é por meio do conhecimento adquirido, mas também pela forma como o conhecimento é adquirido, que o estudante vai desenvolver o pensamento crítico e atuar na sociedade de forma diferenciada.

4 A INSTITUIÇÃO E SUA PRÁTICA AVALIATIVA

A instituição de ensino investigada adotou, desde o ano de 2011, a semana de provas para o Ensino Fundamental. Essa decisão foi fruto de longas discussões com a equipe diretiva, a equipe pedagógica e os professores, em que o que pesou foi o argumento de que, tratando-se de estudantes mais jovens (6º e 7º anos, inicialmente e, a partir deste ano, de forma experimental, o 8º e o 9º anos) pouco habituados com a realização de um grande número de avaliações (visto que são diversas disciplinas), seria uma forma das famílias acompanharem e auxiliarem os estudantes a se prepararem para a avaliação formal, além de evitar que num mesmo dia várias avaliações fossem marcadas, causando prejuízos ao desempenho dos estudantes. Ao longo do ano letivo, são oito semanas de provas (duas a cada bimestre), sendo que são enviados cronogramas com uma semana de antecedência do início de cada semana de prova. Em relação aos valores das avaliações, cada bimestre oferece 5,0 pontos por disciplina, sendo 3,0 de avaliações formais e 2,0 de trabalhos diversificados (pesquisas, cartazes, maquetes, lista de exercícios, ilustrações, apresentação oral, trabalhos em equipe, produção de texto, etc.) As avaliações também devem conter exercícios diversificados, que possibilitem várias formas de organizar o pensamento: questões abertas, de múltipla escolha, interpretativas, etc. O educando deverá obter nota mínima semestral 6,0 em cada disciplina para ser aprovado para série seguinte. A recuperação de notas (obrigatória para os

estudantes com nota semestral inferior a 6,0 e opcional para aqueles que ficarem com nota igual ou superior a 6,0) ocorre ao final de cada semestre, com valor igual a 10,0, prevalecendo a nota mais alta.

De forma geral, os pais aprovam a semana de provas, alegando que é um instrumento valioso para acompanharem, de forma mais próxima, o rendimento escolar de seus filhos.⁵

Luckesi (1998) diz sobre a avaliação escolar:

Nesse sentido, ao avaliar, o professor deverá: coletar, analisar e sintetizar, da forma mais objetiva possível, as manifestações das condutas cognitivas, afetivas, psicomotoras - dos educandos, produzindo uma configuração do efetivamente aprendido; atribuir uma qualidade a essa configuração da aprendizagem, a partir de um padrão (nível de expectativa) preestabelecido e admitido como válido pela comunidade dos educadores e especialistas dos conteúdos que estejam sendo trabalhados; a partir dessa qualificação, tomar uma decisão sobre as condutas docentes e discentes a serem seguidas, tendo em vista: - a reorientação imediata da aprendizagem, caso sua qualidade se mostre insatisfatória e o conteúdo, habilidade ou hábito, que esteja sendo ensinado e aprendido, seja efetivamente essencial para a formação do educando; - o encaminhamento dos educandos para passos subsequentes da aprendizagem, caso se considere que, qualitativamente, atingiram um nível da satisfatoriedade no que estava sendo trabalhado. (p. 77)

Portanto, a avaliação deve servir ao propósito de nortear o trabalho do professor, guiando-o por meio dos resultados apresentados, na escolha das melhores formas de intervir e auxiliar o estudante no processo de construção do conhecimento, e mais do que isso, em como o conhecimento pode contribuir para melhorar a vida de cada educando, pelas possibilidades de inserção na realidade na qual se vive. Cabe lembrar e enfatizar que no processo de avaliação, que deve ser permanente, faz-se necessário que os aspectos qualitativos tenham prioridade sobre os aspectos quantitativos.

5 PERFIL DOS PROFESSORES DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA

Entre os professores, com algumas exceções, há boa aceitação da semana de provas, argumentando que perceberam e percebem uma maior

⁵ *Informação coletada no atendimento individual a pais e/ou responsáveis e nas reuniões gerais realizadas com os pais e/ou responsáveis

organização dos alunos em relação às avaliações e aos trabalhos avaliativos. É nesse contexto que os questionários foram distribuídos na escola, com o fim de pesquisar sobre a avaliação em sala de aula.

Dos quinze questionários distribuídos aos professores, onze questionários foram devolvidos dentro do prazo estipulado, sendo que um questionário foi devolvido totalmente em branco. A professora que devolveu o questionário em branco identificou-se e foi categórica ao dizer que não se sentia confortável para responder as questões, pois não havia participado das discussões acerca do sistema de avaliação que era praticado na escola.

Os professores que responderam ao questionário possuem a graduação necessária para a disciplina que lecionam, bem como curso de pós-graduação em nível de especialização. Pertencem ao quadro próprio do magistério (QPM), ou seja, ingressaram por concurso público e não estão no estágio probatório. Possuem tempos diferenciados de trabalho na atuação do magistério, porém, nem todos estão lotados definitivamente na escola, e alguns estão atuando no estabelecimento de ensino pela primeira vez. Essa seleção se justifica por possibilitar olhares diferenciados acerca do mesmo tema, tanto em relação à formação específica de cada um, quanto em relação ao tempo de atuação no magistério, que permite diferentes enfoques sobre o mesmo tema.

Os questionários foram entregues dentro de envelopes fechados e sem nenhuma identificação e foram devolvidos da mesma forma, não havendo no momento da entrega e no momento da devolução nenhuma marca que pudesse ligar o envelope à pessoa que o havia respondido, objetivando com isso garantir maior liberdade para que o professor respondesse o questionário da maneira mais sincera e imparcial possível.

Os professores e equipe pedagógica tiveram uma semana de prazo para responder ao questionário, lembrando que dos quinze questionários que foram entregues aos professores, onze foram devolvidos dentro do prazo estabelecido, onde um foi devolvido totalmente em branco, conforme já citado anteriormente.

6 ANALISANDO OS DADOS DA PESQUISA

Perguntados sobre o que era fazer a avaliação da aprendizagem dos estudantes, os dez professores participantes/colaboradores registraram compreender a avaliação como um processo que, ao mesmo tempo mostra os níveis de aprendizagem do estudante, mas também avalia o trabalho do professor e a metodologia utilizada por ele e concebem a avaliação como um processo diagnóstico, contínuo e cumulativo, observando o educando continuamente desde a sua participação em sala de aula, atividades desenvolvidas, interação no grupo e com o grupo até o momento da prova escrita, diagnosticando as dificuldades a fim de buscar estratégias e metodologias que o auxiliem a superá-las, ou seja, os resultados das avaliações subsidiam a tomada de decisões sobre o processo de ensino e aprendizagem. Nessa questão um professor se manifestou, relatando sua insatisfação quanto à sua prática, mostrando desejos de, utilizar mais e melhor, a avaliação como parâmetro de busca de metodologias e estratégias que qualifiquem melhor o seu trabalho. Como afirma Luckesi (1996, p. 35): “Como diagnóstica, ela (a avaliação) será um momento dialético de “senso” do estágio em que se está e de sua distância em relação à perspectiva colocada como ponto a ser atingido à frente.” Nesse sentido, a avaliação de aprendizagem se constitui num parâmetro para o trabalho do próprio professor, sinalizando quais as estratégias adequadas para construir uma relação sólida e produtiva entre o estudante e o conhecimento.

Questionados sobre a finalidade da avaliação, oito professores responderam que utilizam a avaliação com o fim de demonstrar onde deve ser feita a intervenção pedagógica necessária para promover a aprendizagem e a nota será uma consequência deste trabalho e dois professores responderam que, apesar de tudo o que já foi estudado e discutido sobre a avaliação, o seu objetivo maior acaba mesmo sendo a atribuição de notas, pois o sistema precisa ser alimentado com notas e são essas notas que garantem ou não a aprovação dos estudantes. Ainda de acordo com Luckesi (1996):

O termo avaliar tem sua origem no latim provindo da composição a-valere, que quer dizer “dar valor a”. Porém, o conceito, avaliação, é formulado a partir das determinações da conduta de atribuir um valor ou qualidade a alguma coisa, ato ou curso de ação... que por si implica um posicionamento positivo ou negativo em relação ao objeto, ato ou curso de ação avaliado (p. 92-93).

Assim, a finalidade da avaliação não se pauta pela classificação, mas por conduzir a uma tomada de decisão e posicionamento sobre o objeto avaliado, que no caso refere-se à aprendizagem do estudante em relação aos conteúdos escolares.

Sobre os momentos em que a avaliação é realizada, nove professores afirmaram que buscam realizar a avaliação o tempo todo: durante as aulas, pela participação e realização das atividades propostas, mesmo aquelas previamente marcadas (semana de provas e entrega de trabalhos). Um professor se posicionou, assumindo que realiza a avaliação somente em momentos bem específicos: semana de provas e nos trabalhos previamente marcados e entregues com o propósito de serem avaliados. Um professor colocou que tem muita dificuldade em avaliar os alunos no dia-a-dia, principalmente nas atividades em equipe, acabando por atribuir a mesma nota a todos os membros do grupo. Conforme já citado anteriormente, o Regimento Escolar da instituição investigada contempla que a avaliação seja um processo permanente, porém essa determinação esbarra nas dificuldades que os professores relataram ainda possuir em praticar com clareza e justiça esse tipo de avaliação. Aqui se percebeu que essas dificuldades estão profundamente vinculadas à metodologia e postura assumidas pelo professor enquanto protagonista na formação integral dos estudantes, à formação profissional de cada professor e aos resquícios das próprias experiências com avaliações que cada um guarda na memória e que acaba transferindo para sua prática por uma questão de segurança.

Em relação à utilização dos diversos instrumentos de avaliação, o resultado foi o seguinte: Provas: dez professores; Trabalhos individuais e em grupos: nove professores; Cartazes: quatro professores; Pesquisas: oito professores; Questionários: três professores; Produção de textos: seis professores; Apresentação oral: seis professores. Um professor registrou que não utiliza a apresentação oral, pois acredita que o conteúdo fica empobrecido, além de gerar indisciplina, exigindo que ele (professor), acabe por trabalhar o conteúdo novamente, o que provoca (de acordo com o professor), um consumo maior de tempo, que poderia ser utilizado em outras atividades.

Assim, observa-se que, apesar do discurso a favor de uma prática avaliativa mais participativa e democrática, os instrumentos mais utilizados são

a prova escrita e os trabalhos. Os outros instrumentos, se utilizados e quando utilizados, possuem um valor menor no conjunto total da nota. Isso evidencia que ainda há um longo caminho na consolidação de formas mais democráticas de avaliação.

Acerca da satisfação com a própria maneira de avaliar, seis professores se disseram satisfeitos com sua forma de avaliar, mas ressaltaram que precisam continuar avançando e encontrando alternativas que atinjam a todos os alunos, fazendo da avaliação um processo mais abrangente e quatro professores se colocaram como insatisfeitos, e se disseram em busca de metodologias que permitam uma avaliação mais justa. Essa insatisfação possui aspectos positivos, pois estimula a busca por maneiras de avaliar que sejam instrumentos que promovam a aquisição dos conhecimentos.

Sobre a satisfação como a avaliação ocorre na escola, seis professores disseram que não estão satisfeitos e observaram que, de modo geral, o corpo docente precisa compreender melhor os objetivos da avaliação e aplicá-la a fim de verificar a aprendizagem do estudante, mas também observar sua metodologia, constituindo-se numa via de mão dupla. Dentre esses seis professores, três fizeram críticas à realização da semana de provas, alegando que, as provas acabam ficando próximas umas das outras e que a data estipulada pela equipe pedagógica, nem sempre é adequada ao tempo que os conteúdos necessitam para serem introduzidos e trabalhados. Entre esses três professores, um ainda apontou que não percebe mudança significativa no desempenho dos educandos após a criação da semana de provas, não acreditando também que a família passou a se envolver mais com o processo educativo de seus filhos, ou seja, o cronograma de provas elaborado (com a aprovação das datas pelos professores) não serviu ao propósito para o qual foi criado. Quatro professores se disseram satisfeitos, pois acreditam que já houve avanços significativos e que aos poucos os professores estão aprimorando suas formas de avaliação, mas ainda surgem muitas dúvidas, como a colocada por um professor em relação a realizar as adaptações para os estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais. Novamente, percebe-se uma inquietação no corpo docente, que, se bem conduzida, pode servir de mote a reflexões mais profundas que contribuam para a construção de um

processo avaliativo que melhor atenda aos anseios de professores e estudantes.

Ao responder o questionário, a equipe pedagógica apontou a avaliação como um “nó” dentro da escola, pois pensar uma avaliação que se proponha a ser mais eficaz é o discurso assumido pela totalidade do corpo docente, mas não é praticado pela totalidade dos professores. Ou seja, existe uma discrepância entre o que se sabe que deve ser feito e o que é efetivamente realizado. É preciso superar essa situação, mas isso só é possível com o entendimento concreto do que seja a avaliação e o seu papel dentro do processo educativo. Isso se concretiza por estudos que trazem a compreensão ampla e profunda do que se pretende como apropriação do conhecimento. É um caminho longo, lento, mas que é necessário trilhar.

Para a equipe pedagógica, a criação da semana de provas foi um marco importante, pois permitiu uma maior organização por parte dos estudantes e das famílias, porém como todo sistema, apresenta falhas, como, por exemplo, o desconhecimento das famílias das datas de provas e de entrega de trabalhos, apesar de ser enviado um cronograma por escrito para cada família, por intermédio do estudante e de ser disponibilizado no site da escola. Para além das falhas, a equipe pedagógica da escola acredita que a semana de provas trouxe ganhos ao processo de ensino e aprendizagem, e afirmou identificar esses ganhos no atendimento aos pais, seja em momentos específicos, seja em momentos coletivos, como as reuniões gerais, onde esses pais relatam terem mais condições de acompanhar o processo educativo dos filhos a partir do calendário de provas, que é enviado para casa ou disponibilizado no site. A equipe pedagógica esclareceu que, ao atender pais e/ou responsáveis pelos estudantes, sempre os orienta no sentido da importância do envolvimento familiar com a vida escolar de seus filhos e que essa participação não pode se restringir somente aos momentos em que ocorrem as avaliações, mas deve ser um processo permanente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ter a consciência de que avaliar é uma ação de mão dupla, ou seja, não é um momento somente para o estudante, mas também um momento

importante para o professor e o seu fazer pedagógico; é o início de uma visão inclusiva sobre a avaliação, pois quando a avaliação é realizada com a finalidade de apontar caminhos, o professor irá utilizar os resultados para fazer as mudanças que forem necessárias em sua metodologia, para garantir que todos possam se apropriar do conteúdo. Segundo Libâneo (1994):

A escola e os professores estão cumprindo responsabilidades sociais e políticas. Com efeito, ao possibilitar aos alunos o domínio dos conhecimentos culturais e científicos, a educação escolar socializa o saber sistematizado e desenvolve capacidades cognitivas e operativas para a atuação do trabalho e nas lutas sociais pela conquista dos direitos de cidadania. (p.33)

Auxiliar os professores nesse caminhar é uma das funções primordiais dos coordenadores pedagógicos, mesmo quando essa intervenção é mal vista, mal entendida, mal recebida. A avaliação é parte integrante e fundamental do processo de aprendizagem, sendo necessário que os professores compreendam que a avaliação não é um ponto final, mas sim o início do trabalho que se tem a realizar, pois vai indicar quais são os desafios que se colocam para o professor: o que já está assimilado, o que ainda precisa ser concretizado ou introduzido. Isso reporta a Saviani (2000), quando diz que é necessário diferenciar o que é fundamental do acessório e que devemos ensinar aos nossos estudantes o que é “clássico”.

Freire (1996), também destaca o papel do professor relacionado à avaliação, ponderando sobre a necessidade constante de reflexão sobre a prática pedagógica que se adota:

Ao pensar sobre o dever que tenho, como professor, de respeitar a dignidade do educando, sua autonomia, sua identidade em processo, devo pensar também, como já salientei, em como ter uma prática educativa em que aquele respeito, que sei dever ter ao educando, se realize em lugar de ser negado. Isso exige de mim uma reflexão crítica permanente sobre minha prática através da qual vou fazendo a avaliação do meu próprio fazer com os educandos. O ideal é que, cedo ou tarde, se invente uma forma pela qual os educandos possam participar da avaliação. É que o trabalho do professor é o trabalho do professor com os alunos e não do professor consigo mesmo. (p. 64)

A luta é essa: a garantia da aprendizagem com qualidade e a importância gigantesca da atuação dos professores para que isso realmente se efetive e que, os professores, de fato, compreendam e assumam seu papel nesse processo.

Por outro lado, há os professores que já alcançaram maior nível de compreensão do processo avaliativo e que já perceberam a complexidade de

tal processo. Esses professores “sofrem” quando estão preparando suas avaliações, pois já perceberam que os instrumentos que utilizam não são adequados ou são insuficientes para alcançar todos os estudantes. E diante de tal compreensão, estão pesquisando, se aprimorando, buscando novas formas e estratégias que permitam avaliar os seus alunos, focando a aprendizagem e não aquilo que os alunos não sabem.

A avaliação é um instrumento que deve servir como uma bússola para a prática pedagógica, pois através dela o professor poderá levantar dados para reavaliar sua metodologia de trabalho, buscando meios de atingir todos os estudantes. A avaliação é parte integrante e fundamental do processo de aprendizagem e é preciso que os professores compreendam que a avaliação não é um ponto final, mas sim o início do trabalho que se tem a realizar, pois irá indicar quais são os desafios que se colocam para o professor: o que já está assimilado, o que necessita ser introduzido ou o que ainda precisa ser concretizado.

Nesse sentido, a função da equipe pedagógica é fundamental, pois alguns professores necessitam de intervenção para conceberem a avaliação em sua complexidade, apesar de haver docentes que preferem organizar seus planejamentos e avaliações sem a ajuda da equipe. Portanto a avaliação é um assunto para ser discutido e assumido pelo coletivo escolar. Só assim construiremos novas possibilidades na busca de uma avaliação mais democrática e justa.

Esta discussão pode ser iniciada pelo compartilhar de vivências e com o respeito à diversidade do grupo, sendo fundamental para constituir um espaço democrático no interior da escola, mesmo com as divergências de opiniões, prevalecendo o conhecimento que cada um tem a oferecer. Deste modo, se estabelece uma relação de ensino e aprendizagem de mão dupla mútua, que irá se refletir na prática pedagógica de cada professor, inclusive em relação à avaliação, provocando um amadurecimento no pensar-fazer, considerando-a um processo inclusivo, e assumindo a responsabilidade pelos resultados, quaisquer que eles sejam.

Observa-se, porém, um movimento lento, mas consistente, dos professores investigados no sentido de fazer da avaliação um processo cada vez mais democrático, justo e que oportunize a efetivação do processo de

ensino e aprendizagem. Libâneo (1994, p. 202) define “a avaliação é um termômetro dos esforços do professor. Ao analisar os resultados do rendimento escolar dos alunos, obtém informações sobre o desenvolvimento do seu próprio trabalho.”

Não é uma questão fechada, pelo contrário, é polêmica e desperta dúvidas e inquietações. É nesse contexto que o coordenador pedagógico pode contribuir, auxiliando o professor a rever sua prática, fornecendo subsídios teóricos que o amparem na compreensão do processo avaliativo, provocando-o por meio da ação-reflexão-ação. Como afirma Freire (1996): “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.” (p.39).

Assim, está lançado o desafio para a equipe diretiva, a equipe pedagógica e os professores: consolidar formas mais democráticas, inclusivas e justas das práticas avaliativas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDBEN 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

ESCOLA ESTADUAL IGLEA GROLLMANN – EFM - **REGIMENTO ESCOLAR** – p. 47- 48.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, Coleção Leitura, 1996.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Autores associados, Coleção Magistério 2º Grau, Série Formando Professor, 1994.

_____. **Organização e gestão escolar**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Editora alternativa, 2001.

LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Verificação ou Avaliação: o que pratica a escola?** Publicação: Série Ideias n. 8. São Paulo: FDE, páginas 71-80, 1998.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M., **Fundamentos da Metodologia Científica** - 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PARANÁ, Secretaria de Educação. **Deliberação nº 007/99**

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica: Primeiras aproximações**. Campinas, São Paulo: Autores associados. 2000.

VIEIRA, V. A. M. **Avaliação da Aprendizagem Conceitual: Concepções, Práticas e Perspectivas**. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Área de Concentração: Aprendizagem e Ação Docente, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008. Disponível em <
http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2008_vanize.pdf>. Acesso em:
08/05/2014. (p. 15-28)